

SEMINÁRIO

DIÁLOGO INTERINSTITUCIONAL PARA ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

21 DE MAIO DE 2024

*Em maio, o Comitê esteve reunido durante o seminário "Diálogo Interinstitucional para Enfrentamento à Desinformação na área da Saúde", relatado abaixo.

Mesa 1: Abertura	1
Mesa 2: Ações do Comitê de Enfrentamento à desinformação	3
Mesa 3 - Apresentação de Pesquisas	4
Mesa 4 - Atuação Parlamentar nos Temas da Saúde: Panorama dos PLs em Trâmite no Legislativo	6
Mesa 5 - A Atuação do Ministério Público na Defesa da Saúde Pública: Desafios e Avanços	7

Mesa 1: Abertura

- João Brant, secretário de Políticas Digitais (SECOM)
- Jayme de Oliveira, conselheiro CNMP
- Deputado Dorinaldo Malafaia
- Éder Gatti, diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações
- Tiago Braga, diretor do IbiCT

João Brant, Secretário de Políticas Digitais (SECOM)

João Brant iniciou o evento destacando a importância do Programa Saúde com Ciência, uma iniciativa interministerial lançada em outubro de 2023 para combater a desinformação sobre saúde e valorizar a ciência. Ele ressaltou a cooperação entre diversas instituições e a formação do Comitê de Enfrentamento da Desinformação, destacando a necessidade de ações coordenadas e estratégicas para promover informação confiável e prevenir os efeitos negativos das redes de desinformação. Brant enfatizou a importância de uma estratégia multifacetada, incluindo esforços de comunicação, investigação, responsabilização, capacitação e pesquisa.

Ele também mencionou a necessidade de fortalecer a comunicação pública e apoiar o jornalismo, além de reforçar a regulação democrática das plataformas digitais para garantir a proteção de direitos e a disseminação de informações confiáveis. Ao concluir, Brant destacou a importância de parcerias e ações conjuntas para enfrentar os desafios da desinformação.

Deputado Dorinaldo Malafaia

O Deputado Dorinaldo Malafaia abordou a importância da vacinação e a necessidade de combater a desinformação que gera hesitação vacinal. Ele relatou sua experiência como enfermeiro e coordenador do Centro de Operações de Emergência na COVID-19, destacando a resistência e o negacionismo

enfrentados no parlamento. Malafaia destacou a importância de dados e pesquisas para qualificar o debate e a necessidade de mobilizar narrativas e influências positivas para contrapor o negacionismo.

Ele enfatizou que a desinformação é uma ferramenta da extrema direita mundial, impactando não apenas a saúde pública, mas também a política e a democracia. Malafaia sugeriu a criação de uma agenda sincronizada de ações, envolvendo o parlamento e outras instituições, para enfrentar a desinformação e fortalecer políticas públicas de saúde.

Tiago Braga, Diretor do Ibict

Tiago Braga iniciou sua fala contextualizando a história do Ibict e seu papel na gestão da informação e combate à desinformação. Ele destacou a criação da Rede Minerva, uma rede de ciência para dar respaldo institucional às pesquisas e combater a desinformação. Braga mencionou projetos importantes, como o projeto DNA, que visa detectar narrativas antivacina, e um projeto com o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, focado em garantir direitos informacionais.

Ele enfatizou a importância da comunidade científica se unir e atuar institucionalmente contra a desinformação, ressaltando a necessidade de uma ação sistêmica e integrada. Braga concluiu citando fala do Ministro Silvio Almeida, destacando a importância de agir localmente contra a desinformação e promover um ambiente informacional saudável.

Éder Gatti, Diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações

Éder Gatti ressaltou os desafios e as conquistas do Programa Nacional de Imunizações (PNI), destacando a queda nas coberturas vacinais desde 2016 e os esforços para revertê-la. Ele mencionou a importância da comunicação e das ações descentralizadas para melhorar as coberturas vacinais, além de destacar a necessidade de combater a desinformação que afeta diretamente a adesão às vacinas.

Gatti enfatizou a importância de unir forças entre diferentes setores e instituições para enfrentar a desinformação e proteger a saúde pública. Ele destacou que a desinformação é um problema complexo e multifatorial, que requer uma abordagem coordenada e estratégica para ser eficazmente combatida.

Jairo Bisol, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Representando o Conselheiro Jayme de Oliveira, Jairo Bisol destacou a importância do diálogo interinstitucional para enfrentar a desinformação em saúde. Ele mencionou o papel estratégico da vacinação na saúde pública e a necessidade de reconstruir a confiança nas vacinas e no PNI.

Bisol enfatizou que o problema da desinformação vai além da saúde, afetando a racionalidade e a objetividade do debate público e político. Ele ressaltou a necessidade de combater a desinformação de forma integrada e coordenada, promovendo a defesa de políticas públicas estratégicas e o fortalecimento da democracia.

Mesa 2: Ações do Comitê de Enfrentamento à desinformação

- Samara Castro, Diretora do Departamento de Promoção da Liberdade de Expressão da Secretaria de Políticas Digitais (SECOM)
- Victor Hugo Ferreira, Diretor na Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (SENACON/MJ)
- Karina Lopes, Procuradora Nacional da União de Defesa da Democracia (PGU/AGU)
- Iagê Miola, Assessor Especial da CGU

Samara Castro, Diretora do Departamento de Promoção da Liberdade de Expressão da Secretaria de Políticas Digitais (SECOM)

Samara Castro iniciou a mesa destacando a importância do Comitê de Enfrentamento à Desinformação, criado como parte do programa interministerial Saúde com Ciência. O objetivo do programa é lidar com a desinformação de maneira coordenada entre diversos ministérios do governo federal, especialmente focando na vacinação e na saúde pública. Samara enfatizou que a desinformação é um problema complexo, envolvendo teorias da conspiração e discurso de ódio, e destacou a importância de enfrentar a hesitação vacinal.

Ela detalhou os eixos de atuação do comitê: análise, acompanhamento e pesquisa; comunicação estratégica; investigação e responsabilização; cooperação institucional; e capacitação e treinamento. Samara também apresentou exemplos de narrativas desinformativas perigosas, como a falsa relação entre vacinas e a mortalidade de crianças, e destacou a necessidade de uma comunicação clara e precisa para combater essas falsas informações.

Victor Hugo Ferreira, Diretor na Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (SENACON/MJ)

Victor Hugo discutiu o papel da SENACON na defesa do consumidor contra a desinformação em relações de consumo. Ele destacou que o Código de Defesa do Consumidor, apesar de aprovado há mais de 30 anos, continua relevante para enfrentar a desinformação, especialmente quando se trata de saúde e segurança. A SENACON tem atuado com medidas administrativas e cautelares para retirar conteúdos desinformativos do ar. Ele mencionou a criação de um canal de comunicação com a Meta (Facebook) para facilitar a remoção de conteúdos desinformativos em até 24 horas, uma medida que tem sido bem-sucedida até o momento.

Karina Lopes, Procuradora Nacional da União de Defesa da Democracia (PGU/AGU)

Karina Lopes explicou a atuação da Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia (PNDD) na AGU, uma estrutura criada recentemente para enfrentar a desinformação. Ela destacou que a PNDD atua judicial e extrajudicialmente para proteger a integridade da informação e a legitimidade das políticas públicas. Karina apresentou exemplos de ações judiciais bem-sucedidas, como a remoção de postagens falsas que associavam vacinas ao HIV e à introdução de chips no corpo. Ela enfatizou a importância de uma atuação criteriosa e estratégica para combater a desinformação e promover a integridade das informações.

Iagê Miola, Assessor Especial da CGU

Iagê destacou o papel da CGU na promoção da integridade das políticas públicas e das organizações. Ele explicou que a desinformação é vista como um risco à integridade das instituições e das políticas públicas. A CGU tem atuado para garantir a veracidade das informações e a efetividade das políticas públicas, incluindo investigações de casos específicos, como a venda irregular de passaportes vacinais. Iagê também mencionou a criação de um guia para orientar gestores públicos na incorporação da desinformação como um risco a ser mitigado no desenho e na implementação de políticas públicas.

Mesa 3 - Apresentação de Pesquisas

- Ergon Cugler, Mestre em Administração Pública pela FGV, Pesquisador do IBICT e Colaborador do Saúde Com Ciência
- Fernanda Sarkis, Mestre em Comunicação Política pela Universidade do Porto e Marcus Nogueira, Pesquisador e Sociólogo

Ergon Cugler, Pesquisador do IBICT

Ergon Cugler iniciou a sessão destacando a importância da visão acadêmica sobre a desinformação, trazendo resultados de sua pesquisa focada nos agentes comunitários de saúde (ACS) e suas estratégias para enfrentar a desinformação sobre vacinas. Ele destacou que os ACS são fundamentais para implementar políticas públicas de saúde devido ao vínculo estreito que estabelecem com as comunidades, muitas vezes visitando as mesmas famílias por anos. A pesquisa de Ergon identificou três principais estratégias que os ACS utilizam para lidar com a hesitação vacinal:

1. **Uso de Conhecimento:** Argumentos racionais sobre a importância das vacinas.
2. **Uso de Vínculo:** Apelo emocional baseado no relacionamento próximo com a comunidade.
3. **Uso de Autoridade:** Ameaças legais ou utilização de figuras de maior autoridade, como médicos.

Ele apontou que a eficácia dessas estratégias varia e que muitas vezes os agentes precisam recorrer a exemplos locais ou apelos emocionais, como mencionar a saúde de conhecidos da comunidade, para persuadir os cidadãos. Em casos mais extremos, podem até utilizar ameaças de punição, como a perda de benefícios sociais, embora tal abordagem seja uma medida de último recurso.

Ergon enfatizou que, embora o uso de conhecimento seja comum, as estratégias baseadas em vínculo e autoridade são frequentemente mais eficazes. Ele também destacou a necessidade de protocolos claros para os ACS lidarem com situações de resistência à vacinação e até mesmo de violência. Ele ressaltou que muitos agentes sentem falta de orientação adequada e de mecanismos de apoio institucional para enfrentar essas situações desafiadoras. Concluiu sua apresentação disponibilizando uma série de materiais gratuitos de sua pesquisa, ressaltando o compromisso com a disseminação de conhecimento sem fins lucrativos.

Marcus Nogueira e Fernanda Sarkis, Pesquisadores

Marcos iniciou a apresentação destacando a importância de conectar comunicação e direito no combate à desinformação, explicando que a comunicação constrói o consenso enquanto o direito o

valida. Ele enfatizou que a desinformação atenta contra esse equilíbrio, especialmente no contexto da saúde, no qual a infodemia – excesso de informação, incluindo desinformação – prejudica a construção de um consenso informado. Marcos mencionou que enfrentar a desinformação exige novas jurisprudências e instrumentos que não interfiram na liberdade de expressão.

Fernanda complementou explicando que a desinformação depende de um ambiente contextualizado, onde narrativas fraudulentas são construídas e compartilhadas. Ela citou o exemplo da chamada "guerra cultural", contexto no qual diferentes tópicos como aborto e família são usados para criar um arco narrativo que gera um campo de sentido fraudulento. Marcus reforçou que entender a desinformação requer observar esses ecossistemas de narrativa e identificar os atores e suas funções dentro desse sistema coordenado. Analisar estes ecossistemas inclui a observação de redes transnacionais e a identificação de padrões de disseminação e fontes compartilhadas.

Fernanda abordou o caso específico do dióxido de cloro, um composto promovido como cura para diversas doenças, inclusive como “desintoxicação vacinal” (conhecido como “detox vacinal”). Ela explicou como essa desinformação se disseminou por meio de redes coordenadas, mencionando figuras proeminentes como médicos, igrejas e grupos organizados. Marcus destacou a importância de utilizar dados públicos e parâmetros objetivos para aferir o impacto e o dano causado pela desinformação, propondo fórmulas que cruzem dados de visualizações e impressões para quantificar esses danos.

Marcus e Fernanda concluíram enfatizando a necessidade de criar novas semânticas para enfrentar a desinformação, diferenciando impacto de dano e utilizando estratégias como o direito de resposta para reverter os efeitos da desinformação. Eles destacaram que a comunicação científica deve ser fortalecida para aproximar o público da produção de conhecimento e combater a pseudociência de maneira eficaz.

Considerações Finais:

A sessão encerrou com a afirmação da importância de uma comunicação clara e contínua para combater a desinformação. A capacitação de agentes de saúde e a utilização estratégica do direito de resposta são ferramentas essenciais. O trabalho de desinformação é sofisticado e bem coordenado, exigindo uma resposta igualmente estratégica e multidisciplinar.

Mesa 4 - Atuação Parlamentar nos Temas da Saúde: Panorama dos PLs em Trâmite no Legislativo

- **Deputado Dr. Francisco**, Presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados
- **Ana Carolina Nascimento**, Assessora do Deputado Dorinaldo Malafaia
- **Roberta Barreto**, Diretora de Acompanhamento junto ao Senado Federal da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (Mediadora)

Roberta Barreto, Diretora de Acompanhamento junto ao Senado Federal

Roberta Barreto abriu a mesa destacando a importância de equilibrar a representação do Congresso Nacional entre a Câmara e o Senado. Ela mencionou o PL 826/29, pautado para votação no plenário do Senado, que visa ampliar a cobertura vacinal no Brasil. O projeto, originário da Câmara dos

Deputados, enfrentou resistências, principalmente por uma percepção de imposição da vacinação infantil, mas houve avanços para suprimir certos artigos e facilitar a tramitação.

Deputado Dr. Francisco, Presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados

O Deputado Dr. Francisco apresentou um panorama da Comissão de Saúde, que foi estabelecida em 2023 devido à crescente demanda por temas relacionados à saúde. A comissão, com 104 parlamentares, tem sido ativa em audiências públicas e visitas técnicas, buscando um diálogo constante com o Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS).

Dr. Francisco destacou a importância das subcomissões, mencionando as recentes subcomissões sobre Doenças Raras, Transtorno do Espectro Autista, Prevenção e Controle do Câncer, Telemedicina e Saúde Digital. Ele também mencionou a preocupação com planos e seguros privados de saúde, que motivou a criação de outra subcomissão.

A comissão atualmente analisa 1.339 proposições, sendo 30 relacionadas a vacinas. Entre estas, 25 buscam aperfeiçoar o Plano Nacional de Imunização, enquanto 5 têm um viés negacionista. Dr. Francisco enfatizou a necessidade de harmonizar as proposições legislativas com as políticas executivas para melhorar a efetividade na saúde pública.

Ana Carolina Nascimento, Assessora do Deputado Dorinaldo Malafaia

Ana Carolina Nascimento abordou a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Vacina, instituída em março de 2023, que tem como objetivo principal combater a desinformação em saúde. A frente também observa e apoia projetos de lei que combatem a desinformação.

Ana Carolina mencionou que a frente parlamentar está analisando mais de 350 projetos de lei relacionados à desinformação em saúde. Ela ressaltou o desafio de tramitar essas legislações devido à polarização ideológica. A frente tem se esforçado para reunir dados científicos e promover debates que esclareçam a importância da vacinação e combatam a desinformação.

Ela também destacou a importância de observar legislações internacionais e adaptá-las ao contexto brasileiro, mencionando a necessidade de colaboração entre o Ministério Público, AGU e outros órgãos para criar um Observatório de análise das legislações em trâmite.

Considerações Finais:

Roberta Barreto destacou a importância de um esforço contínuo e colaborativo para aprimorar a legislação sobre desinformação em saúde. Ana Carolina Nascimento e Dr. Francisco enfatizaram a necessidade de observação e adaptação de práticas internacionais, bem como a importância de despolitizar o debate sobre vacinação e saúde pública.

Mesa 5 - A Atuação do Ministério Público na Defesa da Saúde Pública: Desafios e Avanços

- **Patrícia Kathy**, Promotora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública do Ministério Público da Bahia
- **Cirlene Luiza Zimmermann**, Procuradora do Trabalho do MPT, Coordenadora Nacional da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Ministério Público do Trabalho (Codemat/MPT)
- **Isabel Maria Salustiano Arruda Pôrto**, Procuradora de Justiça do MPCE, Coordenadora da Comissão Permanente de Defesa da Saúde, COPEDS/GNDH/CNPG
- **Jairo Bisol**, Promotor de Justiça do MPDFT, Membro Auxiliar do CNMP, Comissão da Saúde (Mediador)

Patrícia Kathy, Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia

Patrícia Kathy apresentou uma visão geral sobre a atuação do Ministério Público da Bahia no enfrentamento da desinformação na área da saúde. Ela destacou a importância de uma definição clara de desinformação, como adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral, que abrange qualquer informação falsa ou manipulada, independentemente do meio de apresentação.

Ela diferenciou fake news de desinformação, destacando que a desinformação é mais ampla e culturalmente difundida, enquanto fake news são frequentemente associadas à mídia digital. Patrícia trouxe exemplos históricos e contemporâneos de desinformação na saúde, como a hidroxicloroquina e a vacina contra a Covid-19, e enfatizou os impactos negativos dessas campanhas.

O Ministério Público tem se empenhado em ações estratégicas para combater a desinformação, como campanhas educativas e parcerias interinstitucionais. Um exemplo é a campanha do Pacto Nacional pela Consciência Vacinal, que utiliza influenciadores para disseminar informações verdadeiras sobre vacinas.

Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Trabalho do MPT

Cirlene Luiza Zimmermann compartilhou a experiência do MPT na promoção da vacinação e combate à desinformação por meio de projetos educativos, como a revista "MPT em Quadrinhos". Ela destacou a importância de abordar a saúde e segurança no trabalho nas escolas para formar cidadãos conscientes sobre a prevenção de doenças e acidentes de trabalho.

A revista "MPT em Quadrinhos" foi utilizada para disseminar informações corretas sobre vacinas de forma lúdica e acessível, combatendo mitos e destacando a importância da ciência. Cirlene enfatizou a necessidade de engajamento comunitário e familiar na promoção da vacinação.

Ela também mencionou a importância da vigilância em saúde do trabalhador e como a desinformação afeta essa área, com projetos de lei que desconsideram a necessidade de exames médicos ocupacionais. A nota técnica do MPT sobre a demissão por justa causa de trabalhadores que se recusam a tomar vacina foi um ponto de destaque, enfatizando que a medida deve ser acompanhada de conscientização e medidas de prevenção.

Isabel Maria Salustiano Arruda Pôrto, Procuradora de Justiça do MPCE

Isabel Porto discutiu a atuação da Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS) do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) na promoção da vacinação e combate à desinformação. A

comissão trabalha em conjunto com outras comissões, como a de Educação e Infância e Juventude, para enfrentar a baixa cobertura vacinal.

Ela apresentou os principais desafios identificados nos estados, como a difusão de fake news, falta de profissionais de saúde, falhas nas políticas públicas e inconsistências nos dados vacinais. As estratégias adotadas incluem campanhas educativas, projetos de conscientização e acordos de cooperação com municípios e outras instituições.

Isabel destacou a importância da capacitação e qualificação dos membros do Ministério Público e de outros profissionais envolvidos na promoção da saúde pública. Ela ressaltou que a vacinação é um ato de amor e proteção coletiva, e que é crucial combater a desinformação para manter a confiança da população nas políticas de saúde.

Jairo Bisol, Promotor de Justiça do MPDFT

Jairo Bisol fez uma reflexão sobre os desafios filosóficos e históricos da desinformação. Ele destacou que a desinformação ameaça a democracia e o Estado de Direito, que são fundamentos do Ministério Público. Jairo mencionou a revolução na linguagem promovida pela invenção das redes sociais e como isso impacta a verdade e a racionalidade na sociedade.

Ele argumentou que a luta contra a desinformação é uma luta pela defesa da civilização e da democracia. Jairo elogiou a iniciativa da Secom e do CNMP de promover um diálogo interinstitucional sobre o tema.